

1971-1977 (1977-1989)

Janda Ekl

"Blefando" temerariamente com o "cacife" alheio

O desastrado telex enviado na noite de segunda-feira pelo Banco Central aos bancos brasileiros, autorizados a operar com câmbio, determinando que suas agências no Exterior centralizassem no BC os pagamentos das linhas de crédito de curto prazo que mantêm com os bancos credores do Brasil no momento do clean up (quando esses bancos credores exigissem o seu pagamento), confirma o que vimos dizendo desde o dia em que o governo desta "Nova" República declarou a moratória no pagamento de suas obrigações junto aos credores internacionais: há muito mais a temer do amadorismo, da irresponsabilidade e da temeridade de nossas autoridades econômicas do que das eventuais reações dos nossos credores a um pedido de moratória, desde que ele tivesse sido feito por gente mais responsável e conscienciosa.

Representantes de bancos brasileiros que operam na Europa e nos Estados Unidos — aqueles cujos interesses a determinação do Banco Central visava "proteger" — qualificaram a medida de "desastrada e inoportuna" e, mais que isso, afirmaram que o telex é "irrelevante", constituindo um "atentado à inteligência das partes envolvidas". "Se a idéia era proteger os bancos brasileiros", dizia, em Londres, o gerente de um dos mais importantes deles, "o tiro saiu pela culatra. Muitos bancos médios que não teriam problemas para renovar as suas linhas de curto prazo com os bancos estrangeiros com os quais trabalham agora passam a ser vistos com desconfiança." Além disso, revelando um desconhecimento de causa tremendamente preocupante e um amadorismo que reforça a insegurança geral em relação ao governo da "Nova" República, as autoridades do Banco Central não levaram em conta os enormes riscos envolvidos na sua ridícula e gratuita atitude. "Se não pagarmos o emprestador", explicava o representante de um dos bancos brasileiros numa importante praça europeia, que resolveu, por sua conta e risco, não atender à norma ditada pelo BC, "ele simplesmente vai nos protestar, enquanto se não fizermos o depósito no BC, conforme determina o telex do governo brasileiro, o mesmo que nos pode acontecer é levar uma reprimenda".

E, se esta foi a reação dos bancos brasileiros supostamente interessados na medida ditada pelo Banco Central, pode-se muito bem imaginar qual terá sido a dos banqueiros estrangeiros. Um deles, citado ontem pelo Financial Times, dizia: "Acho que eles foram longe demais, desta vez. Podemos estar no centro de uma tempestade. Ou isso se acalma ou a situação vai deteriorar-se muito rapidamente".

Assim, o resultado do gesto provocativo do governo brasileiro às vésperas do início das mais difíceis negociações com os credores em que já estivemos envolvidos — de irritar profundamente os negociadores estrangeiros que agora partem para a mesa de negociações com confiança redobrada; o de expor os bancos brasileiros com representações no Exterior ao risco de incorrer nas penas das leis das praças em que trabalham já que qualquer dos bancos estrangeiros afetados pela medida poderia ter recorrido à justiça local pedindo até o sequestro dos bens do banco em questão, a prisão de seus representantes e o fechamento de suas filiais; o de expor toda a nação brasileira ao ridículo juntamente com seu governo.

Como não poderia deixar de acontecer, horas depois de decidir por esta desastrada bravata, o diretor do Banco Central brasileiro, aparentemente surpreso pela tempestade que desencadeou, voltava atrás, tentando apagar os panos quentes e "apagar" a gaffe inapagável. O triste e desmoralizante papel coube ao diretor da dívida externa do BC, Antônio de Pádua Seixas — um dos nossos principais negociadores! — que, em reunião com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores do Brasil, chefiado por William Rhodes, teve de explicar que o telex do BC não continha uma determinação, mas que "sugeriu uma opção" aos bancos brasileiros que a aventura tivessem a renovação de suas linhas de crédito negada. Pádua Seixas teve que reconhecer ainda "a ilegalidade legal" da iniciativa como também "a sua má implementação", já que os próprios bancos brasileiros tomaram a iniciativa de negarem-se a cumpri-la...

De qualquer maneira, o gesto causou profundos danos de confiança", conforme as palavras de um dos membros do Comitê de Assessoramento dos bancos credores.

E tudo isso na véspera da partida do ministro Dilson Funaro para os Estados Unidos e para a Europa, a cujos governos irá expor a posição brasileira...

Este lamentável episódio ilustra suficientemente o porquê dos temores que revelávamos ontem aos nossos leitores. Se, mesmo que esta malfadada moratória estivesse sendo conduzida segundo os melhores padrões de responsabilidade e maturidade, já haveria motivos suficientes para se pôr em dúvida o direito de um governo cuja legitimidade é amplamente contestada até dentro da própria Assembléia Nacional Constituinte, de declará-la com o tom com que a declarou, o fato de ela estar sendo levada adiante com a leviandade que este episódio revela só faz redobrar nossas dúvidas e preocupações. Tudo leva a crer que o presidente Sarney e nossas autoridades econômicas não têm consciência de tudo que está em jogo e das conseqüências funestas que poderá ter para cada um dos 130 milhões de brasileiros um eventual — ainda que improvável — fracasso da chantagem que estão tentando exercer sobre os credores.

São evidentemente mentirosas as justificativas oficiais para a decisão que falam em "evitar uma recessão". Conforme notavam ontem na "Insuspeita" Gazeta Mercantil dois renomados economistas brasileiros — os srs. Roberto Macedo, da USP, e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, da FGV —, a recessão que o governo afirma querer evitar já está em curso, como comprovam os indicadores, já presentes, de uma sensível desaceleração econômica (queda do valor real dos salários, queda nos níveis de consumo, retorno dos investimentos em ativos financeiros em vez de em ativos reais, queda nos níveis de emprego etc.). Esta moratória, por outro lado, só faz agravar este quadro, já que, depois de declarada (e depois deste lamentável episódio que diminui ainda mais a confiança dos negociadores estrangeiros no governo brasileiro), o País passará a ser considerado de "alto risco", o que significa que será muito mais difícil conseguir "dinheiro novo", e que os investidores estrangeiros hesitarão ainda mais, doravante, em dirigir seus capitais de risco para cá. Além disso, conforme lembrava Cintra Cavalcanti, mesmo sem um acordo público com o FMI, "o governo terá de adotar medidas semelhantes parecidas com as que recomenda o organismo para obter um acordo com os credores". "O País já está seguindo uma política essencialmente ortodoxa com forte contenção monetária e com os anunciados cortes de gastos públicos." Assim, conclui ele, "esta moratória se explica como uma decisão política, como uma forma de justificar a adoção de medidas impopulares de restrição do crescimento econômico".

Reforçando a tese de Cavalcanti, está cada vez mais claro que a visita aos governos dos países credores que o ministro Funaro inicia amanhã se destina a conseguir o aval do governo norte-americano a esta política ortodoxa e recessiva que já está sendo posta em prática, em substituição ao aval do FMI exigido pelos banqueiros credores, exatamente como foi feito na negociação com os credores do Clube de Paris.

Assim, tanto a moratória anunciada como o alar-

deado repúdio à "ingerência do FMI nos negócios brasileiros", ambos estrondosamente apresentados como atos de reforço da "soberania nacional", não passarão de mais uma jogada política da "Nova" República — bem ao seu estilo, diga-se de passagem — para "salvar a face" de um governo que fracassou exclusivamente por sua irresponsabilidade no manejo eleitoreiro da economia nacional.

Acontece que, ao que tudo indica, este governo não tem medidas em sua temeridade. Se a recessão que vem aí — conseqüência de suas mentiras e irresponsabilidades anteriores — já é castigo suficiente — e imerecido — para os brasileiros que não souberam escolher seus governantes ou se livrar a tempo deles quando mostraram o quanto valem, a aventura para a qual nos empurraram agora com a irresponsabilidade que o episódio do telex do Banco Central prenuncia, em tudo semelhante à que resultou no estrondoso fiasco do Plano Cruzado, podemos custar terrivelmente mais caro. Que o sr. Dilson Funaro não se esqueça de que se conta hoje com alguns trunfos pesados — como a possibilidade de obrigar os bancos norte-americanos a contabilizarem prejuízos se não chegarem a um acordo com o Brasil em 90 dias — ele pode perdê-los pela simples decisão do Federal Reserve Board (o equivalente do BC nos EUA) de revogar esta norma em nome da proteção dos interesses nacionais contra uma chantagem externa. E, sobretudo, que não se esqueça de que, se perder este jogo em que "blefa" tão alto com o "cacife" alheio, lhe custaria apenas o castigo que já fez por merecer — a perda do cargo —, para o Brasil isto poderia não custar apenas duras conseqüências econômicas amanhã, mas poderia custar também trágicas conseqüências políticas que poderiam perdurar muito além desta geração de brasileiros.